

Novo código educará motorista, além de punir, afirma Francelino

Presidente da comissão que estudou o projeto aprovado pelo Senado acredita na criação de mentalidade de respeito à vida humana e de utilização do veículo apenas como meio de transporte

Debate do Orçamento é descentralizado

O Congresso descentralizou o debate do Orçamento ao iniciar por Manaus uma série de reuniões que prosseguem até o dia 23. Além de senadores, participaram do encontro de ontem governadores, secretários de estado, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Hoje, como informa o senador Carlos Bezerra, relator da Comissão, o encontro deverá ser realizado em Cuiabá (MT), com o mesmo objetivo de recolher subsídios para apreciação do Orçamento. **Página 4**

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que o novo Código de Trânsito, na forma do substitutivo aprovado pelo Senado, servirá não só para "punir mais severamente os criminosos do volante", mas também para educar motoristas e pedestres, criando uma nova mentalidade de respeito à vida humana e de utilização do veículo apenas como um meio de transporte.

Conforme o senador, o plenário da Casa deverá apreciar a redação final da proposição a partir de 8 de outubro, e depois o projeto será devolvido à Câmara dos Deputados para exame das alterações feitas pelo Senado. "Esperamos que a Câmara examine a matéria com a maior presteza, de forma que ela possa transformar-



Francelino Pereira

se em lei o mais rápido possível", disse ele.

Presidente da comissão especial que estudou o projeto de Código de Trânsito Brasileiro, Francelino Pereira destacou que o texto do Senado baseou-se em três princípios básicos: aumento generalizado das pe-

nas e multas; ênfase à educação de motoristas e pedestres e à segurança dos veículos; e descentralização administrativa do trânsito, "atraindo a participação dos municípios, até então ausentes, e estimulando a cooperação nos três níveis de governo".

O substitutivo foi elaborado pelo relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), após audiências públicas promovidas pela comissão especial nas principais capitais do País, além de um fórum nacional realizado em Brasília, salientou Francelino Pereira. "Trata-se de um esforço sério no sentido de mudar a constrangedora estatística anual de dezenas de milhares de mortos e feridos nas estradas e ruas do País", acrescentou.

NESTA EDIÇÃO

Projeto facilita a identificação de dinheiro

Página 4

Pacote é questionado por Odacir

Senador pretende inquirir ministro sobre influência de organismo externo em decisão do governo. **Pág. 3**

Cabral destaca "Carta de Fortaleza"

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou ontem a "Carta de Fortaleza", em que os participantes da Conferência Nacional dos Advogados, que se realizou na capital cearense entre os dias 1º e 5 de setembro, "condenam o uso excessivo de medidas provisórias, a reforma administrativa do governo e a utilização de verbas públicas para socorrer bancos falidos".

Conforme o senador, o documento critica "o modelo neoliberal de governo, assinalando que o País não pode ficar 173 anos aquém dos



Bernardo Cabral

constituintes de 1823, que tinham mais consciência social e mais sensibilidade democrática que os partidários do neoliberalismo".

O manifesto, divulgado ao final da conferência promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), condena também

pontos da reforma do Poder Judiciário em tramitação no Congresso Nacional. A OAB, segundo Bernardo Cabral, defende o controle da magistratura e condena a adoção do efeito vinculante - súmula editada pelos tribunais superiores e seguida pelos juízes.

- As reformas de cúpula têm-se mostrado, ao longo da República, inócuas para resolver o congestionamento dos tribunais superiores e do Supremo Tribunal Federal. Na base é que está, primordialmente, a crise do Judiciário - assinala a "Carta de Fortaleza".

Valmir quer manter pensão de servidor

Senador considera que proposta de emenda que fixa em 50% dos vencimentos da ativa a pensão por morte de servidor público não deve tramitar, por ser "prejudicial e nociva"

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) apresentou requerimento retirando sua assinatura de apoio à proposta de emenda constitucional que fixa em 50% dos vencimentos da ativa a pensão por morte de servidor público. O senador disse entender que essa proposição não deve tramitar, "haja vista ser prejudicial e nociva àqueles pessoas a quem devemos o progresso atual, cujo salário, antes de pensar em diminuir, temos, isto sim, que lutar pela preservação".

A proposta de emenda a que se refere Valmir é de autoria do senador Jefferson Peres (PSDB-AM), o qual a justifica com o argumento de que a atual Constituição, embora tenha avançado significativamente no resgate da dignidade dos aposentados e pensionistas do serviço público, foi além "ao criar vanta-

gens excessivas a seus servidores inativos e pensionistas, permitindo a instituição de distorções que cumpre corrigir".

Jefferson sustenta que, só no Amazonas, os gastos com pensionistas já consomem 6,2% da folha de pessoal e estão crescendo. Ele entende que, se o problema não for enfrentado agora, colocará em risco a realização das reformas exigidas pela realidade social.

Valmir Campelo alega, no entanto, que sua atuação parlamentar foi marcada pelo trabalho social desenvolvido na Câmara dos Deputados e no Senado. "Na Assembleia Constituinte tive a satisfação de lutar pela causa dos idosos", disse ele, lembrando que foi de sua autoria o dispositivo que garantiu a revisão das aposentadorias e pensões no prazo de 180 dias



Valmir Campelo

depois da promulgação da Carta. Ele acentuou ter sido também um dos "ardorosos defensores" do décimo terceiro salário para o aposentado e para o pensionista, bem como da adoção de novos critérios de cálculos dos benefícios, a fim de que preservassem os valores reais da remuneração do trabalhador que passasse para a inatividade.

O senador lembrou os inúmeros discursos feitos no ple-

nário do Senado em busca de soluções frente às dificuldades enfrentadas pelos idosos, que, em sua opinião, vivem discriminados perante a sociedade e até mesmo ignorados pelo serviço público, "que não reconheceu seu passado de trabalho árduo e honesto e tampouco faz algo para amenizar o seu sofrimento". Valmir Campelo disse que sempre defendeu salários dignos para o trabalhador inativo e observou que "os aposentados idosos, de quem muitas vezes a sociedade faz pouco caso, são as pessoas responsáveis pela construção do mundo que atualmente nos abriga". Ele disse que o Brasil não pode fechar os olhos "ao sofrimento dos velhos nem recusar-se a lutar pela continuidade de sua existência, mas deve garantir-lhe uma renda no mínimo compatível com aquela que auferiam na atividade".

Apoio ao programa nuclear da Marinha

A missão constitucional das Forças Armadas foi destacada pelo senador Valmir Campelo, que elogiou o trabalho da Marinha e defendeu mais recursos para seus programas, salientando que o passo mais concreto dessa Arma no campo científico foi a conquista da tecnologia de fabricação de combustível nuclear - o urânio enriquecido.

- Graças a essa proeza, o Brasil é hoje detentor de tecnologia própria para enriquecimento de urânio - disse o senador, ressaltando que o País não aspira a possuir armas atômicas em seu arsenal, tendo apenas a ambição de dominar essa

tecnologia para fins pacíficos.

Conforme Valmir Campelo, esse avanço em tecnologia vai além da propulsão naval, visto que o urânio enriquecido poderá no futuro, uma vez esgotado nosso potencial hidrelétrico, acionar usinas de energia elétrica a custo mais baixo que as usinas de Angra dos Reis. Segundo o senador, é totalmente brasileiro esse ciclo tecnológico conquistado na fabricação de combustível nuclear.

Ele explicou que o minério de urânio nacional é transformado em concentra-

do - *yellow cake* -, em Poços de Caldas, passando ao estado gasoso nas instalações de pesquisa da Marinha. Esse gás, continuou o senador, é processado também por tecnologia própria, desenvolvida por cientistas e técnicos brasileiros.

Valmir Campelo lembrou que, em razão de acordos firmados pelo Brasil, as instalações para o processamento desse combustível são inspecionadas mensalmente por funcionários da Agência Internacional de Energia Atômica e por técnicos argentinos. Na sua opinião, essa vitória atesta os fins legítimos da fabricação

brasileira de combustível nuclear.

O senador também observou que o programa do submarino nuclear, do qual resultam benefícios para a indústria e a ciência brasileiras, é ambicioso, realista e de utilidade solidamente comprovada. "Exige recursos de monta, mas recursos que estão ao alcance do País, recursos que vêm sendo bem aplicados pela Marinha, em uma política sábia que se concentra na excelência tecnológica e não em grande massa de armamentos". O senador acha que o Legislativo e o Executivo devem continuar a assegurar recursos para a Marinha.

O Brasil detém tecnologia para enriquecer o urânio



Hugo Napoleão

Napoleão: Incentivo fiscal leva paz aos estados pobres

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), afirmou ontem que a concessão de incentivos fiscais pelos estados pobres ou do interior, para atração de investimentos privados, "na verdade é o caminho para a paz social, e não uma guerra fiscal", como afirmam alguns políticos. Para ele, quando um estado pobre consegue atrair investimentos privados está gerando empregos e reduzindo as grandes diferenças sociais e econômicas com os estados ricos.

Depois de lembrar que nos últimos dois anos nove estados da região Nordeste receberam mais de R\$ 6 bilhões em investimentos privados, os quais geraram 83 mil novos empregos, Hugo Napoleão ponderou que o Brasil "não pode continuar com as ilhas de prosperidade no Centro-Sul e os bolsões de miséria no Norte-Nordeste".

Bresser expõe a assessores do Senado reforma do Estado

O ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Administração Federal e Reforma do Estado, esteve ontem no Senado para falar aos consultores legislativos da Casa sobre o "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado", que define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública. A iniciativa do encontro partiu do próprio ministro, que já fez reunião semelhante com assessores da Câmara dos Deputados.

Odacir questiona chanceler sobre a proibição na exploração de madeira

Na audiência pública sobre pacote ecológico, ministro será inquirido a respeito da interferência de organismo externo em decisão do governo

O senador Odacir Soares (PFL-RO), presidente da comissão mista destinada a analisar e propor mudanças na Medida Provisória 1.511-1, conhecida como *opacote ecológico*, disse ontem, em entrevista, que pretende perguntar ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, na próxima audiência pública da comissão, se houve alguma interferência da Cites (Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas) para que a MP também suspendesse as concessões para exploração do mogno e da virola na Amazônia.

O Brasil, conforme lembrou Odacir, é um dos 123 países signatários daquela convenção internacional e poderia ter sido influenciado na decisão, que diminuiu a área de atuação dos madeireiros em Rondônia, Acre e Mato Grosso, principalmente. O protesto dos madeireiros, segundo Odacir Soares, se dá em razão da existência de projetos de recuperação das florestas desmatadas já sendo executados pelos gover-



Odacir Soares

nos de Rondônia - Planaflo - e de Mato Grosso - Prodeagro.

Odacir pretende saber ainda do ministro das Relações Exteriores com quem a Cites se relaciona oficialmente: se com o MRE ou com o Ibama. "Precisamos ouvir esta e outras respostas do ministro, que infelizmente não pôde comparecer à audiência pública de Brasília marcada para terça-feira passada (10/9)", acrescentou.

Cabral fará palestra sobre a Amazônia em Nova York

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) informou ontem que participará, como conferencista, da Semana da Amazônia, a ser realizada em Nova York entre os dias 21 e 28 de setembro. Segundo o senador, também estarão presentes ao evento o ministro do Meio

Ambiente, Gustavo Krause, e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Bernardo Cabral disse que a sua palestra desenvolverá o tema *Perspectivas Globais para a Amazônia* e abordará, entre outros assuntos, o perigo que representa para a flo-

resta amazônica a atuação de madeiras asiáticas naquela região. Conforme garantiu, a partir das denúncias que fez e que foram publicadas no *Jornal do Senado*, a imprensa brasileira vem investigando a compra de grandes áreas na Amazônia por essas empresas.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

ATENÇÃO, JORNALISTAS FUNCIONÁRIOS DO QUADRO DO SENADO FEDERAL

Se você é diplomado em jornalismo e, embora sem prática, deseja viver de perto todo um trabalho de cobertura jornalística, venha fazer um estágio num dos nossos veículos: *Jornal do Senado*, *TV Senado*, *Rádio Senado*, *Agência de Notícias Senado* e *Voz do Brasil*. Procure-nos pelos ramais 3330 e 4566.

Comissão leva ao Amazonas debate do Orçamento

Na primeira de uma série de audiências públicas fora de Brasília com o objetivo de abrir as decisões à sociedade, a descentralização na arrecadação de tributos foi reivindicada

Pela primeira vez, o Congresso descentralizou o debate sobre o Orçamento da União, ao abrir ontem, em Manaus, uma série de reuniões regionais que pretende realizar até o dia 23 de setembro. E descentralização foi também a principal reivindicação quanto à arrecadação de tributos. O governador Amazonino Mendes, um dos presentes ao encontro, criticou o fato de a União deter 60% da arrecadação tributária, no que foi apoiado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator-geral do Orçamento do próximo ano. Também adepto da descentralização, Bezerra observou que cabe à União a defesa da soberania nacional e aos estados e municípios o planejamento e a aplicação dos recursos.



Carlos Bezerra

O governador citou o caso do Amazonas para ilustrar o problema: "O meu estado arrecadou 1 bilhão de dólares, no ano passado, e só recebeu 500 milhões de dólares". Além de Amazonino, participaram da reunião o governador Valdir Raupp, de Rondônia; os senadores Odacir Soares (PFL-RO) e Marluce Pinto (PMDB-RR); deputados estaduais; secretários de Fazenda e Planejamento dos estados da região; prefeitos e vereadores. O encontro durou quatro horas.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Sarney Filho (PFL-MA), ao abrir o evento, defendeu a transparência das ações na apreciação do Orçamento. Ele informou que essa intenção vem sendo implementada desde que recebeu do Executivo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997. Na oportunidade, segundo Sarney Filho, foram entregues cópias a todos os governadores, prefeitos e entidades representativas da sociedade para que a proposta fosse conhecida e discutida antes de sua votação.

PRAZO

O presidente da Comissão destacou, também, que pela primeira vez a LDO foi aprovada dentro dos prazos regimentais. Esse fato, acrescentou, vem permitindo o passo

seguinte, que é exatamente o que se dá agora com a discussão do processo orçamentário, através das reuniões regionais com as lideranças políticas. O objetivo final, ressaltou o deputado, "é elaborar um diagnóstico real das necessidades de cada estado para servir de base ao relator".

A busca de subsídios foi destacada também pelo senador Carlos Bezerra. "O relator-geral, embora possa parecer a alguns um cargo de muito poder, é na verdade um cargo de sacrifício, pois concentra sobre si todas as legítimas pressões que os diversos segmentos políticos e sociais colocam no processo de preparação da lei orçamentária anual", disse Carlos Bezerra, ao informar que a próxima reunião está prevista para hoje, em Cuiabá (MT).

Campos quer facilitar a deficiente visual a identificação de dinheiro

O valor das cédulas e moedas do Real poderá ser identificado facilmente pelos portadores de deficiência visual, mediante caracteres Braille, mediante caracteres Braille, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), que pretende, com a medida, oferecer a essas pessoas meios de lidar com o dinheiro sem a ajuda de terceiros.

De acordo com a proposição, as moedas e cédulas deverão conter, em ambas as faces, sinal em alto relevo perceptível ao tato, conforme o padrão Braille de tamanho, altura e distância entre os pontos. A cada tipo de cédula ou moeda será associada uma letra do alfabeto. Dessa forma, a nota de R\$ 1,00, por exemplo, será reconhecida pela

letra Y em Braille e a moeda de um centavo pela letra G.

Júlio Campos lembrou que a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial e mental, e a facilitação do acesso dessas pessoas a bens e serviços coletivos estão previstas na Constituição.



Júlio Campos

O senador ressaltou que a extrema semelhança entre moedas metálicas de diferentes valores causa problemas até mesmo aos que enxergam bem.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR VALMIR CAMPELO

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helvival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal